



Auditoria Geral do Estado

Governo do Estado do Espírito Santo

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

Cargo 1: Auditor do Estado

Área: Ciências Contábeis

CADERNO DE PROVAS

TARDE

Aplicação: 24/10/2004

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **25/10/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **26 e 27/10/2004** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **24/11/2004** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – AGE/ES, de 5/8/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Guarapari, o principal balneário do litoral sul do Espírito Santo, situada a 54 km de Vitória, tem nas praias seu principal atrativo, com grande variedade de hotéis, casas
4 noturnas, bares, restaurantes e 28 praias ao seu redor. Algumas dessas praias são famosas por suas particularidades, como a de Areia Preta, onde a atração maior são as areias
7 radioativas, com propriedades medicinais comprovadas e que valeram a Guarapari o título de **Cidade Saúde**.

Uma sequência de pequenas praias se apresenta com
10 águas calmas e pequenas piscinas naturais que se formam junto às pedras, algumas das quais com nomes curiosos, como a das Virtudes e a dos Namorados. A das Castanheiras,
13 com um calçadão cercado por árvores que deram origem a seu nome, é um convite a uma caminhada no fim da tarde e à noite, quando o movimento é intenso; já a do Morro, a
16 4,5 km do centro, é bastante procurada pelos surfistas, por suas águas agitadas. Mas as mais famosas delas são as Três Praias, um conjunto de pequenas enseadas separadas por
19 rochedos nas quais as escunas param para refrescantes mergulhos, levando grupos de turistas a esse paraíso.

Para quem quer paz e privacidade, o ideal é a praia
22 dos Padres, que, com 50 metros, situada entre a Enseada Azul e Meaípe, é cercada por matas e amendoeiras. Possui areias escuras e águas esverdeadas e é uma mostra da beleza
25 e do encantamento do litoral capixaba. Tudo com direito a saborear água de coco e tira-gostos nos quiosques dessa antiga vila de pescadores.

Folha do Turismo. Internet: <www.folhadoturismo.com.br>. Acesso em ago./2004 (com adaptações).

Considerando as idéias e a estrutura do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto discorre a respeito da principal praia capixaba, que concentra o maior número de opções de lazer, com áreas verdes espalhadas em toda a sua extensão e zonas com locais onde, às vezes, o mar é calmo e, outras vezes, as ondas batem forte.
- 2 O texto, predominantemente descritivo, objetiva cativar o visitante do litoral do Espírito Santo e orientá-lo no sentido de que encontre o local mais compatível com suas necessidades ou aspirações.
- 3 As seguintes relações entre as praias e suas características estão explícitas no texto: “Areia Preta”, saúde; “Virtudes”, religiosidade; “Castanheiras”, alimentação; “Morro”, esportes; “Padres”, solidão.

4 Os elementos coesivos “onde” (l.6) e “nas quais” (l.19) possuem o mesmo referente.

5 O último período do texto informa que, em todos os locais mencionados, é possível não só admirar a natureza mas também usufruir os benefícios culturais de uma antiga população ribeirinha.

Texto para os itens de 6 a 15

Entrevista com o auditor Pedro Melo:

- 1 **Qual a diferença entre a Auditoria e a Consultoria?**
A Auditoria é uma atividade profissional regulamentada cujo principal objetivo é emitir uma opinião sobre demonstração
4 financeira. Para isso, o auditor tem de ter formação em contabilidade. Já a Consultoria é uma atividade mais ampla que busca ajudar as organizações na melhoria de
7 *performances*.

Quais são as características básicas de um auditor?
É uma mistura de técnica com capacidade de conhecimento
10 de organização, uma facilidade de entender as organizações. Combinar também com o conhecimento de línguas, pois ter a facilidade de entender uma segunda e terceira línguas
13 ajuda bastante no desempenho da função.

Quais são as recomendações para quem quer ingressar na área de Auditoria? Que tenha desejo de estudar
16 contabilidade, que tenha a contabilidade como ferramenta, como formação. Se estiver procurando uma carreira profissional, que seja um progresso contínuo em que possa
19 ver o horizonte.

Internet: <www.unimais.com.br/aol/entrevistas2>. Acesso em ago./2004 (com adaptações).

Com referência às idéias básicas do texto acima e a aspectos gramaticais, julgue os itens subsequentes.

- 6 A diferença entre Auditoria e Consultoria reside no fato de aquela ser uma atividade profissional regulamentada, atinente à área contábil das organizações, e de esta auxiliar de maneira mais geral as instituições, com o objetivo de se melhorar o desempenho das empresas.
- 7 Ao auditor exige-se, essencialmente, o domínio de conhecimentos de contabilidade empresarial; já o consultor deve deter conhecimentos mais amplos, inclusive nas áreas jurídica e de recursos humanos.
- 8 Um bom auditor deve, necessariamente, ser capaz de misturar técnicas com conhecimentos organizacionais; facilitar o entendimento das empresas; divulgar e agilizar o desempenho das funções empresariais.

- 9 O conhecimento de mais de uma língua auxilia o desempenho do auditor, pois abre a ele a possibilidade de compreender comunicados expressos em outro idioma.
- 10 No texto, o entrevistado faz algumas recomendações àqueles desejosos de abarcar a profissão de auditor: que estudem contabilidade e a utilizem como ferramenta da atividade laboral e que procurem aperfeiçoamento contínuo no exercício da profissão.
- Considerando as relações morfossintáticas, semânticas e discursivas presentes no texto, julgue os itens a seguir.
- 11 O vocábulo “**diferença**” (ℓ.1) está empregado com o sentido de **distinção**.
- 12 No primeiro parágrafo, pode-se depreender, pelo emprego de maiúsculas em “Auditoria” e “Consultoria”, que esses nomes comuns estão sendo considerados substantivos próprios.
- 13 Seria sintática e semanticamente correta a substituição de “cujo” (ℓ.2) e “sobre” (ℓ.3) por **de que** e **a cerca de**, respectivamente.
- 14 A fim de ser evitada a repetição da palavra “facilidade”, mantendo-se inalteradas as idéias e sem prejuízo da sintaxe do texto, poderia substituir-se o trecho “ter a facilidade” (ℓ.12) por **tê-la**.
- 15 Devido ao caráter genérico do termo “**quem**” (ℓ.14), seria correto, na última resposta, substituir todas as formas verbais de terceira pessoa do singular pelas respectivas formas de terceira pessoa do plural.
- 1 A questão social da auditoria independente é bastante fluente nos dias atuais, isso tem tornado esse tipo de prática contábil mais difundida e respeitada ao longo dos
- 4 tempos, bem como vem desmentindo o mito de que a contabilidade é apenas para registrar fatos antigos e que não contribuem para a tomada de decisão ou melhoram o
- 7 desempenho financeiro e econômico das instituições.
- Considerando a estrutura do parágrafo acima, julgue os itens subsequentes.
- 16 As normas gramaticais seriam respeitadas se a vírgula após “atuais” (ℓ.2) fosse substituída por um ponto-e-vírgula ou por um ponto; neste caso, com a inicial maiúscula em “isso”.
- 17 A substituição de “A questão social da auditoria independente” (ℓ.1) por **A questão da sociedade de auditores independentes** traz como consequência alteração de sentido ao parágrafo.
- 18 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se optasse pelas seguintes reescrituras de passagens com a forma verbal “é”: nas linhas 1 e 2, **tem bastante influência**; na linha 5, **serve para registros**.
- 19 A inclusão de uma vírgula logo após “mito” (ℓ.4) não melhora a qualidade da redação do parágrafo nem lhe assegura a correção gramatical.
- 20 Tal qual está redigido, o parágrafo pode constar do início de uma ata ou de um relatório, do corpo de um ofício e do fechamento de um requerimento.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

- 21 É permitido ao estado do Espírito Santo adquirir títulos da dívida pública da União como forma de aplicação de suas disponibilidades.
- 22 Considere que o município de Vitória – ES contraiu dívida por meio de operação interna de crédito. Nessa situação, o estado do Espírito Santo pode conceder empréstimo ao referido município com o objetivo de possibilitar o refinanciamento da dívida.
- 23 A emissão de títulos públicos pelo estado do Espírito Santo depende de expressa autorização do Banco Central do Brasil, exceto no caso de títulos relacionados ao refinanciamento da dívida mobiliária.
- 24 A legislação brasileira permite que o projeto de lei orçamentária anual contenha uma reserva de contingência, o que significa que é legalmente permitido estabelecer que as receitas vinculadas a determinadas previsões de despesa poderão ser redirecionadas ao pagamento da dívida pública fundada, mediante determinação do Poder Executivo federal.

Julgue os itens que se seguem, acerca de direito constitucional.

- 25 Se o município de Vitória – ES deixasse de pagar, por dois anos consecutivos e sem motivo de força maior, a dívida pública consolidada, existiria causa suficiente para justificar a intervenção do estado do Espírito Santo no referido município.
- 26 O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é o órgão do Poder Judiciário estadual competente para julgar as autoridades públicas desse estado por crime de irresponsabilidade fiscal.
- 27 Compete à Câmara Municipal do município de Vitória – ES exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil e orçamentária da administração direta desse município, bem como das autarquias e empresas públicas municipais.

No que se refere ao direito aplicável aos servidores públicos estaduais do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

- 28 Considere que o TCEES tenha julgado irregular a nomeação para cargo em comissão de um servidor estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, pelo fato de este servidor ainda se encontrar em estágio probatório. Nessa situação, a posição defendida pelo TCEES é equivocada, pois a aprovação em estágio probatório não é requisito para que um servidor ocupante de cargo efetivo seja nomeado para cargo em comissão.
- 29 É ilícito a uma fundação pública estadual do Espírito Santo prover cargos efetivos mediante ascensão funcional.
- 30 Considere que uma sindicância ocorrida em uma autarquia estadual do Espírito Santo tenha aplicado a um servidor pena de advertência. Nessa situação, é inválida a imposição da referida penalidade, porque a aplicação de sanções por infrações administrativas somente pode decorrer de decisão em processo administrativo disciplinar.
- 31 Os servidores públicos estaduais do Espírito Santo apenas se tornam estáveis após três anos de efetivo exercício.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética acerca de direito das licitações e contratos administrativos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 32** Uma autoridade administrativa do estado do Espírito Santo propôs a utilização de pregão de tipo técnica e preço para a aquisição de produtos de informática. Nessa situação, a proposta é inapropriada, pois a modalidade de licitação sugerida é incompatível com o tipo de licitação indicado pela autoridade.
- 33** Após ter contratado a empresa Ecológica Ltda. para realizar estudo de impacto ambiental (EIA) relativo à implantação de um novo projeto habitacional, o estado do Espírito Santo decidiu ampliar em 5% as dimensões do referido projeto. Nessa situação, em virtude do princípio da proteção ao ato jurídico perfeito, o estado do Espírito Santo precisará da anuência da Ecológica Ltda. para ampliar a área a ser avaliada pelo referido EIA.
- 34** Uma fundação pública estadual, no momento de sua instituição, recebeu do estado do Espírito Santo alguns terrenos, que passaram a constituir parte do seu capital. Recentemente, com o objetivo de obter capital para investir em suas atividades essenciais, a fundação decidiu promover a construção de edifícios nos referidos terrenos e depois vender a particulares os apartamentos edificadas. Nessa situação, para a venda desses apartamentos, a referida fundação poderá utilizar licitação tanto na modalidade concorrência pública quanto na modalidade leilão.
- 35** Uma autoridade pública dispensou a realização de licitação referente a determinado contrato, por entender tratar-se de situação de urgência. Porém, apesar de a autoridade acreditar sinceramente na legalidade do seu ato, a legislação brasileira efetivamente exigia a realização do procedimento licitatório que foi dispensado. Nessa situação, a referida autoridade cometeu crime ao dispensar a licitação fora das hipóteses previstas em lei.

Na semeadura de uma lavoura, utilizando simultaneamente 3 máquinas de igual rendimento e trabalhando 8 horas no primeiro dia, um agricultor completa 40% do serviço. Sabe-se também que cada uma dessas máquinas tem capacidade para 15 horas de trabalho diárias. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 36** Para completar a semeadura em 2 dias, trabalhando 6 horas no segundo dia, o agricultor precisaria duplicar o número de máquinas.
- 37** Trabalhando em sua capacidade máxima, 2 máquinas completam o serviço no segundo dia.
- 38** Considere que, ao término do 1.º dia de trabalho, após uma jornada de trabalho de 8 horas, 2 das 3 máquinas foram danificadas e não puderam ser reparadas. Nessas condições, ainda trabalhando 8 horas por dia, o agricultor precisaria de mais 3 dias de trabalho para completar a semeadura apenas com a máquina restante.

Considere que um banco empresta dinheiro a uma taxa de juros compostos de 10% ao mês. Em face dessa consideração, julgue os itens que se seguem.

- 39** Nas condições especificadas, por um empréstimo de R\$ 1.000,00 para ser pago ao final de 3 meses, pagam-se mais que R\$ 340,00 de juros.
- 40** A taxa quadrimestral equivalente à taxa de juros praticada pelo banco é inferior a 50%.

Julgue os itens seguintes.

RASCUNHO

- 41** Se uma taxa nominal de juros compostos de 40% ao semestre é capitalizada trimestralmente, então a taxa trimestral efetiva de juros compostos praticada nessa capitalização é de 44%.
- 42** Considere que, em determinado ano, uma financeira cobrou uma taxa aparente anual de juros compostos de 116%. Nesse ano, se a taxa de inflação foi de 20%, então a taxa real de juros cobrada pela financeira foi inferior a 75%.
- 43** Considere que um título de valor nominal igual a R\$ 10.000,00 foi resgatado 2 meses antes de seu vencimento e que a taxa de desconto composto racional praticada nessa transação era de 10% ao mês. Nessa situação, o valor do desconto foi superior a R\$ 2.000,00.
- 44** Considere que uma pessoa deseja acumular o montante de R\$ 77.500,00 ao fim de 24 meses por meio de 24 depósitos iguais e mensais, com o primeiro depósito feito na data de hoje, em uma aplicação que paga juros compostos de 2% ao mês. Nessa situação, tomando-se 1,64 como valor aproximado para $1,02^{25}$, o valor de cada depósito deve ser superior a R\$ 2.600,00.
- 45** Considere que um apartamento seja vendido por R\$ 300.000,00, sendo que 20% desse valor deve ser pago como entrada e o restante, financiado em 60 parcelas mensais e sucessivas, pelo sistema de amortização constante (SAC). Nesse caso, se a taxa de juros compostos do financiamento for de 4% ao mês e se a primeira parcela vencer ao final do primeiro mês da compra, então o valor da primeira prestação será superior a R\$ 13.000,00.
- 46** Considere que uma máquina seja vendida à vista por R\$ 10.000,00 ou a prazo, com 15% do preço à vista de entrada e mais 2 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.410,00, com a primeira parcela vencendo 1 mês após a compra. Nessa situação, se o comprador puder conseguir um empréstimo a uma taxa de juros compostos de 5% ao mês, então a sua melhor alternativa para aquisição da máquina será a compra a prazo.

Uma empresa deseja comprar um equipamento com vida economicamente útil de 5 anos pelo preço à vista de R\$ 10.000,00, sendo que, ao término desse prazo, o bem adquirido poderá ser vendido por R\$ 2.000,00. Os custos anuais de manutenção desse bem são de R\$ 1.500,00, pagos ao final de cada ano. Com essa compra, a empresa economizará, ao fim de cada ano, a quantia de R\$ 4.000,00. A propósito desses dados, supondo que a taxa de juros compostos do mercado seja de 10% ao ano e tomando 0,62 como valor aproximado para $1,1^{-5}$, julgue os itens que se seguem.

- 47** Na data da compra, o valor atual do montante correspondente à compra à vista acrescido dos valores atuais das manutenções e subtraído do valor atual da venda do equipamento, ao término do período de 5 anos, é inferior a R\$ 14.000,00.
- 48** Se a empresa não efetuar a compra, então o valor atual na data de hoje das despesas decorrentes da falta do equipamento durante 5 anos será superior a R\$ 15.500,00.

Um empréstimo de R\$ 69.000,00 deverá ser pago em 24 parcelas mensais e sucessivas, com a primeira parcela vencendo ao final do primeiro mês a partir da contratação. As parcelas serão calculadas pelo sistema francês de amortização, considerando-se uma taxa de juros compostos de 5% ao mês. Com base nessas informações, supondo que $1,05^{-12} = 0,56$ e $1,05^{-24} = 0,31$, julgue os itens subseqüentes.

- 49** O valor da primeira amortização será inferior a R\$ 1.600,00.
- 50** Imediatamente após o pagamento da 12.^a parcela, o saldo devedor será inferior a R\$ 42.000,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando aspectos concernentes à Lei das Sociedades por Ações e legislação correlata, julgue os itens seguintes.

- 51** Para os efeitos da legislação aplicável às sociedades por ações, a companhia é fechada quando os valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
- 52** Havendo a propriedade de ações nominativas, deve haver a inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas e a emissão de extrato pela instituição custodiante, na qualidade de proprietária fiduciária das ações.
- 53** A companhia aberta somente pode criar partes beneficiárias para alienação onerosa ou para atribuição gratuita a sociedades ou fundações beneficentes de seus empregados.
- 54** As partes beneficiárias podem ser alienadas pela companhia, nas condições determinadas pelo estatuto ou pela assembleia-geral.
- 55** A amortização de debêntures da mesma série que possuam vencimentos anuais distintos, assim como o resgate parcial, deve ser feita mediante sorteio ou por compra em bolsa, no caso de as debêntures estarem cotadas por preço inferior ao valor nominal.
- 56** É proibido que a companhia adquira debêntures de sua emissão, mesmo que por valor igual ou inferior ao nominal.
- 57** Considere que certa empresa registrou R\$ 50.000,00 na reserva de lucros a realizar. No exercício subsequente, ocorreu a realização do lucro, que não foi absorvido por prejuízos. Nesse caso, os R\$ 50.000,00 devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.
- 58** Apesar da extinção da correção monetária de balanços, a companhia de economia mista, quando autorizada pelo ministério a que estiver vinculada, pode limitar a correção monetária do ativo permanente ao montante necessário para compensar a correção das contas do patrimônio líquido.
- 59** A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço, no mínimo, igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.
- 60** As relações entre as sociedades, a estrutura administrativa do grupo e a coordenação ou subordinação dos administradores das sociedades filiadas devem ser estabelecidas na convenção do grupo, e as sociedades devem representar personalidade e patrimônios comuns.
- 61** Aplica-se à sociedade em comandita por ações o disposto na Lei n.º 6.404/1976 a respeito de conselho de administração, autorização estatutária de aumento de capital e emissão de bônus de subscrição.

- 62** Nos casos de incorporação ou fusão, o prazo para exercício do direito de retirada deve ser contado a partir da efetivação da operação, enquanto o pagamento do preço de reembolso somente será devido após a publicação da ata que aprovar o protocolo ou a justificação.

Acerca da contabilidade de custos e do controle de estoques, julgue os itens a seguir.

- 63** A devolução de mercadorias ao fornecedor no valor de R\$ 67.000,00 cuja aquisição ocorreu a prazo e com desconto comercial de R\$ 5.000,00 deve ser corretamente registrada como a seguir.
- D duplicatas a pagar R\$ 62.000,00
- D desconto obtido R\$ 5.000,00
- C mercadorias R\$ 67.000,00
- 64** Ao registrar o ICMS da aquisição de mercadorias para revenda, a empresa deve aumentar seu ativo circulante em duas contas: mercadorias para revenda e ICMS a recolher.
- 65** Ao efetuar o registro do estoque de mercadorias para revenda pelo valor de aquisição, a empresa deve obedecer ao conservadorismo e à prudência. No caso de perda dos documentos comprobatórios da aquisição de mercadorias, a empresa deve efetuar o registro, após consulta ao mercado, sempre pelo maior valor, para não reduzir o seu ativo.

Julgue os seguintes itens, relativos a normas aplicáveis à fusão, à cisão e incorporação de empresas e a destinação/registo de lucros.

- 66** Ao se registrar a fusão, há a transferência, com sucessão universal, do patrimônio das sociedades incorporadas ou fusionadas para a sociedade incorporadora ou constituída.
- 67** A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra deve registrar em seu passivo os tributos devidos, até a data da mudança, pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- 68** A cisão é a transação pela qual uma companhia (cindida) transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, já existentes ou que sejam criadas precipuamente para esse fim. A cisão pode ser total, quando houver a versão de todo o patrimônio da sociedade cindida (que se extinguirá), ou parcial, quando apenas parte do patrimônio é vertido para outras sociedades e a personalidade jurídica da companhia cindida subsiste.
- 69** Na empresa resultante após a cisão, serão efetuados os registros de bens, direitos e obrigações transferidos da cindida e o registro do capital social integralizado com o patrimônio líquido transferido da cindida.
- 70** Os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais ou sucursais, controladas ou coligadas, serão adicionados ao lucro líquido, para a determinação do lucro real correspondente ao balanço levantado no dia 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

preço de venda unitário	R\$ 520,00
custo variável unitário	R\$ 150,00
tributos sobre lucro	24%
tributos sobre receita	13%
despesas fixas	R\$ 5.800,00
custos fixos	R\$ 8.500,00
capacidade produtiva	10.000 unidades

Considerando a tabela acima, julgue os itens seguintes, segundo as especificidades do custeio variável.

- 71** Na estrutura de custos apresentada, ao estabelecer um lucro esperado de R\$ 50.000,00, a empresa terá de comercializar menos de 3% de sua capacidade produtiva total.
- 72** O ponto de equilíbrio contábil, considerando os tributos, proporcionará produção/venda inferior a 50 unidades.
- 73** A redução do imposto sobre o lucro, na ordem de 5%, proporcionará uma redução no ponto de equilíbrio contábil, na ordem de 3%.
- 74** O acréscimo nos custos variáveis, na ordem de 12%, proporcionará um acréscimo de 10% na quantidade a ser produzida/vendida para obtenção do ponto de equilíbrio.
- 75** O valor dos custos e despesas fixos será apropriado ao resultado na proporção da venda das mercadorias.
- 76** Ao se incrementar 20% no valor do preço de venda unitário, o ponto de equilíbrio contábil sofrerá redução na quantidade a ser produzida/vendida.

RASCUNHO

Quanto à elaboração e divulgação do fluxo de caixa e à demonstração de origens e aplicação de recursos (DOAR), julgue os itens subseqüentes.

- 77** Enquanto o fluxo de caixa apresenta a variação do capital circulante líquido, a DOAR apresenta a movimentação econômica do período.
- 78** Ao se registrar o pagamento de dividendos apropriados, há uma redução do passivo circulante que não é representada na DOAR, mas, sim, na demonstração dos fluxos de caixa.
- 79** O registro de prováveis perdas de estoque não afetará o demonstrativo do fluxo de caixa porque não caracteriza desembolso. Por outro lado, esse fato afetará a DOAR porque se trata de item econômico que afeta o ativo circulante.

Acerca dos princípios fundamentais de contabilidade e das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 80** Atualmente o parágrafo de ênfase do parecer do auditor deve fazer referência à observância dos princípios fundamentais de contabilidade, conforme as normas brasileiras de contabilidade.
- 81** O auditor deve considerar se os planos da administração para medidas futuras precisam ser divulgados nas demonstrações contábeis. Na hipótese de, em nota explicativa da administração, a divulgação ter sido considerada necessária e não ter sido realizada de forma apropriada, o auditor deve expressar sua opinião em parecer com ressalva ou adverso, conforme apropriado, dada em razão da falta ou insuficiência de informação.
- 82** O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis e não representa garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.
- 83** A preparação das demonstrações contábeis pressupõe a continuidade da entidade em regime operacional por um período previsível, não superior a dois anos, a partir da data-base de encerramento do exercício.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos procedimentos de auditoria.

- 84** De acordo com a NBC-T11, os procedimentos de auditoria constituem o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem os testes de observância e procedimentos de revisão analítica.
- 85** Quando da auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, com a finalidade principal de determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.
- 86** Segundo as normas de auditoria independente, fraude é o ato intencional de omissão, manipulação de transações ou má interpretação de fatos, enquanto erro é o ato não-intencional resultante de omissão, desatenção ou adulteração de documentos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

87 Considere a seguinte situação hipotética.

Ao terminar seu trabalho, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis estavam comprometidas de forma substancial.

Nessa situação, o auditor deverá emitir parecer com limitação de opinião ou adverso.

88 O parecer do auditor independente, em conformidade com as normas internacionais de auditoria, deve apresentar o parágrafo de opinião, contendo uma expressão da opinião acerca das demonstrações contábeis.

A Cia. Alfa possui 100% das ações da Cia. Beta (subsidiária integral). Em um dado exercício, Alfa vendeu, à vista, um terreno a Beta. Por ser Beta uma subsidiária integral, o contador de Alfa não contabilizou a venda.

Com base nessa situação, julgue os itens subsequentes, considerando o procedimento do contador, à luz dos princípios contábeis.

89 As duas companhias são entidades jurídicas e contábeis independentes.

90 Sendo Beta uma subsidiária integral, a contabilização do terreno é dispensável em operações de investimento.

91 A empresa Alfa, em face de Beta ser sua subsidiária, deveria contabilizar a venda do terreno à vista, pelo regime de caixa.

Com relação a auditorias interna e externa, julgue os itens a seguir.

92 O relatório é o documento pelo qual a auditoria interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar suas conclusões e recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade.

93 Conceitua-se auditoria como uma ciência que controla e administra o patrimônio das empresas, por meio de profissionais especializados, salvaguardando o patrimônio da empresa ou entidade pública, por meio de exames realizados.

94 A Resolução n.º 961/2003 elenca situações que caracterizam a perda da independência da entidade de auditoria em relação à entidade auditada. A emissão de laudo de avaliação a valores contábeis é exemplo de serviço característico de conflito de interesses e conseqüente perda da independência do auditor.

95 A auditoria independente tem como objetivo colaborar na elaboração das demonstrações contábeis da empresa auditada, emitindo opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação aos princípios fundamentais de contabilidade.

96 Auditoria interna é um conceito que suplanta o de controle interno.

97 O auditor interno examina a eficiência dos procedimentos em vigor na empresa, avalia a política vigente da organização e a adequação dos controles de natureza financeira e operacional.

98 A data do parecer do auditor externo deve corresponder ao dia do encerramento de seus trabalhos.

99 A auditoria é um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles para a administração, os investidores, o fisco e a sociedade. Com relação aos investidores, a auditoria oferece vantagens como apontar falhas na organização da empresa e nos controles internos e possibilita melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas.

O saldo de uma conta do balanço patrimonial ou da demonstração do resultado do exercício pode estar errado para mais (superavaliado) ou para menos (subavaliado). Devido a esses riscos, o auditor deve testar todas as contas da contabilidade para verificar eventual superavaliação ou subavaliação. Para tanto, deve realizar os testes de auditoria. Julgue os seguintes itens, com relação a esses testes.

100 Devido aos riscos mencionados, o auditor deve direcionar seus testes para superavaliação e para subavaliação. A experiência tem demonstrado que é mais prático dirigir os testes principais de superavaliação para as contas devedoras.

101 Considerando-se que, na auditoria da conta de máquinas e equipamentos, o auditor verificou que foram capitalizadas peças de reposição em máquinas de uso operacional, então, nesse caso, a conta de máquinas e equipamentos estava superavaliada e o grupo de despesas subavaliado porque, de acordo com os princípios contábeis, deveriam ser registradas como despesas pré-operacionais.

102 Se, na auditoria de conta de fornecedores, o auditor observou que uma nota fiscal de competência de 2002, referente à compra de um veículo, foi registrada somente por ocasião de seu efetivo pagamento em 2003, então, a conta de fornecedores e a conta de veículos do ativo imobilizado estavam subavaliadas no balanço de 2002.

103 Considere que, por ocasião da auditoria da conta de matéria-prima, o auditor observou que uma compra realizada em janeiro de 2002 somente foi contabilizada em 2003. Nesse caso, a conta de matéria-prima e a conta de fornecedores estavam superavaliadas em dezembro de 2002.

104 Se, durante a auditoria da conta de despesas pré-operacionais, o auditor constatou que participações no capital social de outras sociedades foram debitadas indevidamente nessa conta, quando o correto seria o grupo de contas de investimentos, então, nesse caso, o ativo diferido estava superavaliado e o investimento, subavaliado.

O auditor deve aplicar procedimentos específicos em relação aos eventos ocorridos entre as datas do balanço e a do seu parecer, que possam demandar ajustes nas demonstrações contábeis ou a divulgação de informações nas notas explicativas. Considerando essas informações e as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

105 O auditor deve considerar em seu parecer os efeitos decorrentes de transações e eventos subsequentes relevantes ao exame das demonstrações contábeis, mencionando-os como ressalva ou em parágrafo de ênfase, quando não ajustadas ou reveladas adequadamente.

106 O auditor deve considerar três situações de eventos subsequentes: os ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da emissão do parecer; os ocorridos depois do término do trabalho de campo, com a conseqüente emissão do parecer, e a data da divulgação das demonstrações contábeis; e os ocorridos após a divulgação das demonstrações contábeis.

107 Quando os eventos ocorrerem após a divulgação das demonstrações contábeis, o auditor tem de solicitar a sua inclusão por meio de ajustes, ainda que tais eventos sejam irrelevantes.

A aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada em razão da complexidade e do volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo. Relativamente aos procedimentos técnicos básicos a serem considerados pelo auditor na aplicação dos testes, julgue os itens que se seguem.

108 A implementação é o procedimento de iniciar os trabalhos de auditoria, procedendo exames de registros e dos documentos da empresa auditada.

109 Investigação e confirmação correspondem à obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.

110 A revisão analítica deve considerar se todas as transações estão registradas pelo método das partidas dobradas e se estão em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade.

111 Os indicadores financeiros devem ser usados para confirmar os valores das contas e, assim, evitar erros significativos.

112 Observação é acompanhamento de processo ou de procedimento, quando de sua execução.

Julgue os itens abaixo, considerando a amostragem em auditoria.

113 O conjunto de fatores: população objeto, estratificação, tamanho, risco, erro tolerável e erro esperado está relacionado com a determinação da amostra.

114 Na seleção da amostra, deve ser considerada, entre outras, a seleção casual com base nos intervalos entre as transações realizadas.

Com base nas disposições constitucionais, na legislação tributária e na doutrina, julgue os itens que se seguem acerca de função e classificação dos tributos e de competência tributária.

115 A obrigação tributária caracteriza-se somente quando o Estado pode exigir do contribuinte uma prestação em termos e condições descritos na lei.

116 Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a instituição de empréstimos compulsórios para atender a duas situações específicas: despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

117 Segundo a doutrina tributária moderna, o tributo é gênero cujas espécies, no atual ordenamento jurídico brasileiro, são: taxas, contribuição de melhorias, empréstimos compulsórios, impostos, contribuições parafiscais e contribuições sociais.

Acerca da contabilidade pública, com base nas disposições da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens seguintes.

118 No decorrer do exercício, a despesa só pode ser contabilizada em sua segunda fase de execução, a liquidação, quando já foi efetivamente incorrida. Ao final do exercício, porém, a despesa será registrada em sua primeira fase, quando serão inscritos em rubrica própria todos os empenhos que ainda não foram pagos.

119 Consideram-se receitas correntes, entre outras, a tributária, a patrimonial, a de serviços e a proveniente do *superavit* do orçamento corrente — diferença entre receitas e despesas correntes. Consideram-se receitas de capital as provenientes da realização de operações de crédito, da conversão de bens e direitos em espécie, de amortização em empréstimos anteriormente concedidos, entre outras.

120 A diferença entre a dívida pública consolidada (ou fundada) e a dívida pública flutuante reside na capacidade de afetar ou não o orçamento público. Enquanto a dívida consolidada — que pode ser de curto ou de longo prazo — refere-se às exigibilidades que dependem de autorização legislativa (orçamento) para amortização ou resgate, a dívida flutuante corresponde ao total dos compromissos unicamente financeiros que independem de autorização orçamentária.

